

MERCADOS



Bovespa fica quase estável na sessão e sobe 6,54% no mês

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em baixa nas duas últimas sessões, após ter obtido quarta-feira passada o primeiro fechamento na inédita casa dos 137 mil pontos, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) conseguiu encerrar a semana com leve ganho de 0,29% ante a sexta-feira passada, e com avanço de 6,54% em agosto - no que foi o seu melhor desempenho mensal desde novembro de 2023, então em alta de 12,54%.

Nesta sexta-feira, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou dos 134.910,48 aos 136.138,94 pontos, saindo de abertura aos 136.041,35 pontos. E fechou o dia quase estável, em baixa de 0,03%, aos 136.004,01 pontos, com giro muito reforçado, a R\$ 45,8 bilhões, no encerramento - um volume difícil de ver fora dos dias de vencimento de opções sobre o índice. No ano, o Ibovespa avança 1,36%, em recuperação iniciada em junho e estendida aos dois meses seguintes.

Na B3, esta última sessão do mês foi pautada por relativa cautela, com poucos papéis de maior liquidez se descolando do sinal negativo na maior parte do dia. No ajuste de fechamento, contudo, Vale ON passou de leve perda a ganho de 0,47%, acompanhada também por Petrobras PN (+0,1%), em sinal unificado também em Bradesco no en-

cerramento, com a ON do banco em alta de 0,28% e a PN, pouco acima da estabilidade (+0,06%). Com este alinhamento na reta final, especialmente de Vale e Petrobras, o Ibovespa, que cedia em torno de 0,4% na maior parte da tarde, fechou o dia praticamente estável, auferindo leve ganho na semana.

Destaques para a ação de B3 na sessão, em alta de 1,12% no fechamento. Petrobras ON encerrou o dia com ganho de 0,37%. Na ponta ganhadora do Ibovespa nesta sexta-feira, CPFL (+3,74%), Dexco (+3,01%) e Engie (+2,31%). No lado oposto, Petz (-5,81%), Magazine Luiza (-5,66%) e Azzas (-3,39%).

DÓLAR

O dólar encerrou a sessão desta sexta-feira, em alta moderada, apesar de duas intervenções do Banco Central no mercado de câmbio, com leilão de venda de moeda à vista e de swaps cambiais.

Com mínima a R\$ 5,5754 e máxima a R\$ 5,6919, o dólar à vista terminou o pregão em alta de 0,21%, a R\$ 5,635. Foi o quinto dia seguido de avanço da divisa, que termina a semana com ganhos de 2,84%.

Ao longo de agosto, a moeda chegou a exibir desvalorização acumulada de mais de 3%, mas encerrou o mês com leve perda (0,36%). No ano, a divisa avança 16,1%.

IBGE

Taxa de desemprego em julho é a menor desde 2014

VITOR ABDALA/ABRASIL

A taxa de desemprego registrada no trimestre em julho deste ano (6,8%) é a menor desde o trimestre encerrado em dezembro de 2014 (6,6%). É também a menor para um trimestre encerrado em julho desde o início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. Os dados da Pnad Contínua foram divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A queda da taxa em julho foi puxada tanto pela redução da população desocupada, ou seja, aquelas pessoas que estão procurando emprego, quanto pelo aumento da população ocupada. O contingente de desocupados recuou 9,5% em relação ao trimestre anterior (encerrado em abril) e 12,8% na comparação com o trimestre encerrado em julho do ano passado, atingindo o número de 7,4 milhões de pessoas, o menor patamar para o período na série histórica.

A população ocupada, ou seja, aquela que está trabalhando, atingiu o valor mais alto para o período na série histórica: 102 milhões de pessoas. Foram altas de 1,2% no trimestre (mais 1,2

milhão de trabalhadores) e de 2,7% no ano (mais 2,7 milhões de pessoas).

O nível de ocupação, que representa o percentual de pessoas trabalhando, em relação ao total de pessoas em idade de trabalhar, chegou a 57,9%, um avanço em relação ao trimestre anterior (57,3%) e ao ano anterior (56,9%).

De acordo com o IBGE, parte da criação de postos de trabalho foi observada no setor informal. O total de pessoas trabalhando na informalidade chegou a 39,45 milhões no trimestre encerrado em julho deste ano, o segundo maior patamar da série histórica, ficando abaixo apenas do observado em dezembro do ano passado (39,53 milhões).

O contingente de trabalhadores informais cresceu 1,1% em relação ao trimestre anterior e 1,3% na comparação com julho do ano passado.

“Mas diferente de outros momentos onde a informalidade foi uma protagonista do processo de crescimento da população ocupada como um todo, nos últimos trimestres, a despeito de seu crescimento, a participação da informalidade no contingente total de crescimento [da ocupação] é um pouco menor. A população ocupada como um todo cresce mais do que a ocupação

informal”, explica a pesquisadora do IBGE Adriana Beringuy.

Os empregos formais representam, portanto, a maior parte da geração de postos de trabalho em julho, seja por meio de empregos públicos seja através de ocupações no setor privado com carteira de trabalho assinada ou por conta própria com CNPJ. Segundo Adriana, isso representa uma qualidade melhor do mercado de trabalho.

“A carteira assinada traz uma série de prerrogativas e direitos para o trabalhador. E mesmo o trabalhador independente ou empregador, à medida em que ele tem esse registro no CNPJ, a forma de ele transacionar no mercado, como emitir nota e ser contratado como prestador de serviço, configura a ele melhores condições de ofertar o trabalho dele”, afirma a pesquisadora.

Na comparação com abril, os setores geraram postos de trabalho foram administração pública, saúde e educação (3,2%) e comércio (1,9%). Nenhuma atividade teve perda significativa de contingente de ocupados. “Muitas atividades, apesar de não terem atingido um crescimento estatisticamente significativo, mostram um padrão de retenção dos trabalhadores”, ressalta Adriana.

Segundo Adriana, uma das

explicações para a melhora do mercado de trabalho seria o aumento da renda dos trabalhadores que traz, consigo, um aumento do consumo e a consequente demanda por mais trabalhadores.

Apesar de não ter crescido de abril para julho, o rendimento médio real habitual dos trabalhadores, subiu 4,8% no ano e chegou a R\$ 3.206.

A massa de rendimento real habitual cresceu 7,9% no ano e atingiu o volume de R\$ 322,4 bilhões. E como houve aumento do contingente de ocupados de abril para julho, a massa também cresceu no período (1,9%).

A população subutilizada, ou seja, aquela que está desocupada ou que poderia trabalhar mais do que trabalha ficou em 18,7 milhões de pessoas, o menor patamar desde o trimestre móvel encerrado em dezembro de 2015 (18,6 milhões), com quedas de 6,9% no trimestre e de 7,8% no ano.

A população desalentada, formada por aqueles que gostariam de trabalhar e estavam disponíveis, mas não buscaram trabalho por vários motivos, ficou em 3,2 milhões, o menor contingente desde o trimestre encerrado em junho de 2016 (3,2 milhões), recuando 7% no trimestre e 12,2% no ano.

SICOBE

Governo propõe fim de benefício fiscal avaliado em R\$ 1,8 bi

FERNANDA TRISOTTO/AE

O governo usou o projeto de lei que eleva as alíquotas da CSLL e JCP para revogar um dispositivo que permitia abatimento de créditos de PIS/Cofins de empresas do setor de bebidas em função da determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) para o religamento do Sistema de Controle de Bebidas (Sicobe) num prazo de 60 dias. Com essa mudança, a estimativa é de evitar alta de gasto tributário em R\$ 1,8 bilhão por ano.

O Sicobe, que vigorou entre 2009 e 2016, era um sistema de controle de produção industrial, compulsório para fabricantes de águas, refrigerantes e cervejas, que gravavam um tipo de selo digital, com tinta especial, em cada embalagem de bebida. Esse sistema era operacionalizado pela Casa da Moeda. Ele foi substituído por um mecanismo em que as próprias empresas declaravam a produção - o Bloco K do Sistema de Escrituração Pública Digital. Duas decisões administrativas de 2016 descontinuaram o sistema, sob alegação do alto custo de manutenção.

Com a decisão do TCU, a retomada do Sicobe implicaria na retomada do recolhimento

de uma taxa pela utilização do selo, que permite abatimento de PIS/Cofins, como ocorre com empresas de cigarro. Hoje, o fluxo funciona da seguinte forma: a empresa paga essa taxa para a Receita Federal e o Tesouro repassa o valor para a Casa da Moeda, que usa esses recursos para pagar os fornecedores do selo. O pagamento da taxa permite que a empresa tenha um abatimento tributário.

O projeto do governo revoga a possibilidade de as empresas que pagaram essa taxa abaterem integralmente o valor do PIS/Cofins devido. “Nesse sentido, a revogação do dispositivo tem por objetivo evitar o aumento do gasto tributário decorrente da dedução nele prevista como crédito presumido, cujo custo estimado é de R\$ 1,8 bilhão por ano.

Esse montante é suficiente, por exemplo, para custear integralmente os sistemas informatizados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, necessários à arrecadação tributária e previdenciária federal, que incluem a gestão do comércio exterior e dos principais cadastros informatizados do País, cujo custo de manutenção é estimado de R\$ 1,7 bilhão por ano”, diz o texto do PL enviado ao Congresso.

BANCO CENTRAL

Setor público registra déficit primário de R\$ 21,2 bi em julho

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

As contas públicas fecharam o mês de julho de 2024 com déficit de R\$ 21,3 bilhões, valor inferior aos R\$ 35,8 bilhões registrados no mesmo mês de 2023.

De acordo com dados divulgados nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC), os governos central, regionais e as empresas estatais registraram, respectivamente, déficits de R\$ 8,6 bilhões, R\$ 11 bilhões, e R\$ 1,7 bilhão. O governo central é composto por governo federal, INSS e governos estaduais e municipais.

O déficit primário representa o resultado das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. No acumulado pelo setor público consolidado em 12 meses, o déficit chegou a R\$ 257,7 bilhões, o que corresponde a 2,29% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todas riquezas produzidas no Brasil).

O resultado é 0,15 ponto percentual (p.p.) abaixo do acumulado em 12 meses tendo como referência o mês de junho.

As estatísticas fiscais mostram que os juros nominais do setor público não financeiro consolidado estavam em R\$ 80,1 bilhões em julho. Na comparação com julho de 2023, este valor estava em R\$ 46,1 bilhões.

“Essa evolução foi influenciada pelo resultado das operações de swap cambial (perda de R\$ 9,9 bilhões em julho de 2024 e ganho de R\$ 15,6 bilhões em julho de 2023).

No acumulado em 12 meses até julho deste ano, os juros nominais alcançaram R\$ 869,8 bilhões (7,73% do PIB), comparativamente a R\$ 641,3 bilhões (6,07% do PIB) nos 12 meses até julho de 2023”, detalhou o BC.

O resultado nominal do setor público consolidado foi também deficitário, em R\$ 101,5 bilhões. No caso do consolidado, inclui o resultado primário e os juros no-

minais apropriados.

Em 12 meses, o déficit nominal acumulado chegou a R\$ 1,12 bilhão, o que corresponde a 10,02% do PIB. Em junho, o déficit acumulado correspondia a R\$ 1.108,0 bilhões (9,92% do PIB).

DLSP E DBGG

A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) alcançou 61,9% do PIB, que estava em R\$ 7 trilhões no mês de julho.

“Esse resultado refletiu os impactos da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.), da desvalorização cambial de 1,9% no mês (-0,2 p.p.), dos ajustes da dívida externa líquida (-0,2 p.p.), do ajuste de privatização (-0,3 p.p.), dos juros nominais apropriados (+0,7 p.p.), e do déficit primário (+0,2 p.p.).

No ano, a DLSP elevou-se 1,0 p.p. do PIB, em função, sobretudo,

dos impactos dos juros nominais (+4,8 p.p.), o déficit primário (+0,6 p.p.), do reconhecimento de dívidas (+0,2 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (-2,1 p.p.), do efeito da desvalorização cambial de 17,0% acumulada no ano (-1,9 p.p.), e do ajuste de privatizações (-0,3 p.p.)”, justificou o BC.

Já a dívida bruta do governo geral (DBGG) chegou a 78,5% do PIB (R\$ 8,8 trilhões) em julho de 2024, aumento de 0,7 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

“Esse aumento decorreu principalmente dos juros nominais apropriados (+0,7 p.p.), das emissões líquidas (+0,4 p.p.), e da variação do PIB nominal (-0,5 p.p.). No ano, o aumento de 4,1 p.p. do PIB resulta sobretudo da incorporação de juros nominais (+4,4 p.p.), da emissão líquida de dívida (+1,4 p.p.), da desvalorização cambial (+0,7 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-2,6 p.p.)”, detalhou a autoridade monetária.

FGV

Indicador de Incerteza da Economia cai 2,5 pontos

O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br), da Fundação Getúlio Vargas, caiu 2,5 pontos em agosto, indo para 107,8, voltando a ficar, depois de três meses, abaixo dos 110 pontos, avaliando de incerteza moderada. Na métrica de médias móveis trimestrais o IIE recuou 1,7 ponto e foi para 109,6 pontos.

“Com o resultado de agosto, o Indicador de Incerteza da Eco-

nomia (IIE) registra a terceira queda seguida, retornando ao patamar mais confortável de incerteza, abaixo dos 110 pontos. O componente de mídia foi responsável pela queda no mês, motivado pela redução das incertezas fiscais e pela continuidade de resultados favoráveis da atividade econômica. Em sentido oposto, o componente de expectativas acumula a quarta alta

seguida, com aumento da dispersão nos cenários futuros dos especialistas para a taxa de juros Selic e o câmbio”, explica Anna Carolina Gouveia, economista da FGV/ Ibre (Instituto Brasileiro de Economia).

QUEDA DO ÍNDICE

O componente de Mídia do IIE-Br caiu 3,7 pontos em agosto e foi para 106,1 pontos, menor

nível desde março deste ano (105,6), contribuindo negativamente com 3,2 pontos para a queda do índice agregado.

O componente de expectativas, que mede a dispersão nas previsões de especialistas para variáveis macroeconômicas, subiu pela quarta vez seguida, agora em 3,5 pontos e acumula alta superior a 20 pontos desde maio último.

Diário do Acionista

Tel.: (21) 99122-4278

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

NDB

Dilma: dívida de países ricos afeta os menos desenvolvidos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O endividamento dos países ricos compromete o crescimento econômico das nações menos desenvolvidas, ao diminuir investimentos e prejudicar o combate às desigualdades. A avaliação é da presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), Dilma Rousseff. Ela discursou nesta sexta-feira na 9ª conferência anual da instituição, na Cidade do Cabo, África do Sul.

Segundo Dilma, boa parte dos capitais disponíveis no mercado financeiro é emprestada para economias avançadas emitirem títulos da dívida pública. Isso, segundo a presidenta do NDB, deixa os países do Sul Global em dificuldades para diminuir a pobreza, combater a desigualdade, investir em infraestrutura e ampliar o acesso a direitos como educação, saúde e habitação.

"De acordo com estimativas do Banco Mundial, as dez economias desenvolvidas do planeta têm uma dívida combinada de cerca de US\$ 87 trilhões. Financiar tais dívidas públicas elevadas consome uma parte significativa

da enorme liquidez disponível nos mercados internacionais. Essa liquidez poderia, de outra forma, ser canalizada para financiar a dívida de países em desenvolvimento e, assegurar os investimentos necessários para um desenvolvimento sustentado", destacou Dilma.

Com a predominância dos fluxos financeiros para os países mais ricos, as economias em desenvolvimento e subdesenvolvidas, afirmou a presidenta do NDB, têm mais dificuldade em obter recursos no mercado internacional e em rolar (renovar) as dívidas. Isso porque a menor disponibilidade de recursos se reflete em juros mais altos para os países não ricos.

"Para os países em desenvolvimento, a dívida torna-se um fardo excessivo. Como sabemos, o espaço fiscal é essencial para garantir que os governos possam investir simultaneamente em ações de desenvolvimento, combater as mudanças climáticas e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, a dívida dos países em desenvolvimento está crescendo muito e muito rápido", salientou Dilma.

SUGESTÕES

A presidenta do NDB apresentou duas sugestões para aumentar os recursos disponíveis para as economias não ricas. A primeira é a canalização da liquidez internacional para os países em desenvolvimento e reduzir o peso das altas taxas de juros. A segunda é o desenvolvimento de alternativas, como financiamentos em moedas locais desatrelados ao dólar, para ampliar o espaço fiscal para investir.

"Novas soluções financeiras são necessárias para mercados emergentes e países em desenvolvimento. Diversificar as fontes de financiamento e usar uma cesta de moedas mais ampla melhora a resiliência econômica contra choques associados às decisões de política monetária. Isso pode fortalecer a situação fiscal, possibilitando o financiamento de logística, infraestrutura social e digital, habitação, água e saneamento, educação e saúde", acrescentou Dilma. Ela prometeu ampliar para até 30% do total o volume de crédito em moedas locais para os países tomadores.

Em seu discurso, Dilma afir-

mou que o NDB está montando plataformas orientadas para o desenvolvimento sustentável em moeda local. Entre as prioridades da instituição, disse a presidenta do banco, está o oferecimento de financiamento verde (crédito para projetos ambientais e de desenvolvimento sustentável) para os países membros.

BRICS

Originalmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o Brics ganhou a adesão de cinco países no início do ano: Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã, que formam o Brics+. Fundado em 2014 e em funcionamento desde 2016, o NDB financia obras de infraestrutura e projetos de sustentabilidade em países emergentes. A instituição compete com outros bancos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em 2021, Emirados Árabes Unidos, Egito e Bangladesh entraram no NDB. Atualmente, a instituição trabalha para a adesão de mais países.

PIX/COFINS

A favor dos bancos, Toffoli suspende processos bilionários

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão nacional de todos os processos que tratam da incidência de PIS/Cofins sobre receitas financeiras de bancos. Ele entendeu que os processos devem aguardar o desfecho definitivo do processo que discute o tema, atualmente em fase de recurso.

A Corte já julgou o mérito do tema em junho de 2023, quando decidiu a favor da incidência de PIS/Cofins sobre as receitas financeiras de bancos, pois foram consideradas receitas típicas das empresas. O impacto fiscal do tema é estimado em R\$ 115 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A determinação de Toffoli atende a um pedido do Santander,

cujas receitas financeiras já estão livres da incidência de PIS/Cofins por determinação do magistrado, em agosto do ano passado. Antes do julgamento do mérito, a cobrança do crédito tributário do Santander estava suspensa por decisão judicial desde 2007.

Os recursos à decisão do STF a favor da incidência de PIS/Cofins foram interpostos pelo Santander e pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que pediram a modulação dos efeitos da decisão (para que tenha efeitos somente a partir da data do julgamento). De acordo com os bancos, apenas depois do julgamento desse tema "diversas instituições financeiras, que antes se beneficiavam de decisões favoráveis, passaram a ficar sujeitas à cobrança de PIS/Cofins pela União".

O banco sustentou que, como há recursos pendentes de julga-

mento, os efeitos da decisão de junho de 2023 devem ser suspensos até o entendimento definitivo da Corte. Isso porque, caso o recurso seja acolhido e a Corte module os efeitos, o PIS/Cofins pago terá de ser devolvido e o processo pode ser moroso para os contribuintes.

"Penso que a determinação da suspensão do processamento de todos esses processos impede que se multipliquem decisões que, ao cabo, não se harmonizam com o que a Corte poderá eventualmente decidir na apreciação dos referidos embargos de declaração (recursos)", afirmou Toffoli na decisão.

Ele também considerou que diversas instituições financeiras que tiveram decisões favoráveis cassadas em razão do julgamento "passaram a se ver obrigadas a recolher valores astronômicos em um curto espaço de tempo, tendo

em vista o prazo de 30 dias para pagamento sem a incidência de multa de mora", de acordo com o Santander.

A Febraban fez uma estimativa de impacto de R\$ 12 bilhões com o julgamento, bem menor do que o valor calculado pela União. O dado considera valores que estão em disputas judiciais com os seguintes bancos: Bank Of America, BNP Paribas, Bradesco, BTG Pactual, Daycoval, GMAC, Itaú Unibanco, Mercantil do Brasil e Santander.

De acordo com os dados da Febraban, seis dos 15 maiores bancos aderiram ao Refis (Programa de Recuperação Fiscal) ou não têm a tese em discussão na Justiça, por isso não possuem os valores contingenciados: Banco do Brasil, Banrisul, Caixa Econômica Federal, Citibank, Safra e Votorantim.

SÃO PAULO

Justiça determina que sindicato indenize Metrô em R\$ 3,8 mi por greve em 2021

LUCCAS LUCENA/AE

O juiz Márcio Ferraz Nunes, da 16ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, determinou que o Sindicato dos Metroviários pague R\$ 3,8 milhões em indenização ao Metrô, por conta da greve realizada pela categoria em 19 de maio de 2021. O sindicato afirma que ainda não foi oficialmente notificado, mas adiantou que irá recorrer da decisão.

No processo, o Metrô pediu ressarcimento dos gastos que teve com o sistema Paese, ônibus gratuitos fornecidos aos passageiros para reduzir o efeito de paralisação das linhas, e pela falta de arrecadação tarifária ao deixar de transportar passageiros durante a greve. Enquanto o sistema Paese gerou gasto de R\$ 1 670.489,14, a perda de faturamento com a falta de passageiros gerou prejuízo de R\$ 2.175.669,11, totalizando R\$ 3.846.158,25 a serem pagos pelo sindicato. O juiz reconhece a legitimidade da greve pela Constituição, mas lembra que houve

uma liminar na época para a manutenção de 80% da frota em horário de pico e 60% no período de normalidade.

"A paralisação da prestação dos serviços de transporte coletivos, extremamente nociva à população - não só aos cidadãos que dependem diretamente da prestação do serviço, como também aos que não dependem, pois também acabam sendo afetados pela via oblíqua, devido à sobrecarga de outros meios de transporte, trânsito e demais consequências - causou inequívocos danos materiais à autora, conforme documentos juntados à inicial. É fato público e notório que foi escolhida e mantida a opção pela paralisação dos serviços de transporte coletivo pelo sindicato réu, o que foi visto e sentido pelos cidadãos", escreveu o juiz.

O sindicato afirma, em publicação no X, que não foi notificado da decisão ainda, mas vai recorrer. "Não existe precedente de atitude parecida no Brasil. Vamos recorrer para defender o direito de greve.

VARELLA E DAMAZIO ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA LTDA.
CNPJ 09.572.294/0001-09 - Matrícula RCPJ 229352

Convocação - Ficam os sócios convocados para a Assembleia de Sócios, às 11h do dia 18.09.2024, na Av. Almirante Barroso, nº 00081, sala 2401, Centro/RJ, cuja ordem do dia é o ingresso e retirada de sócios. RJ, 29.08.2024. Sôcia Adm. Luciana Damazio de Noronha Presto.

MRS LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta
Resumo da Ata da Reunião do Conselho de Administração: Foi realizada reunião do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. no dia 13.08.2024 às 11:00 horas, na sua sede, com a presença da maioria dos Conselheiros, na qual foi deliberada e aprovada: (1) Aprovação e Divulgação do Relatório de Informações 2º Trimestre do Exercício Social de 2024; (2) Marcelo Leite Barros, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Carlos Hector Rezzonico, João Mário Lourenço Filho, Julio Rosa Baptista, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Leite Barros, Marco Aurelio Brito Braga, Murilo Muller e Wendel Gomes da Silva. AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista (diariodoacionista.com.br) e divulgada no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (https://ri.mrs.com.br/). JUCERJ/Protocolo: 2024/00705762-1/Data do protocolo: 23/08/2024. Certifico o arquivamento em 27/08/2024 sob o número 00006417896.

RICARDO PRESENTES LTDA.

CNPJ Nº 33.060.120/0001-33 - NIRE Nº 33.2.0023627-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Ficam convocados os Senhores sócios da Ricardo Presentes Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 33.060.120/0001-33, inscrita no NIRE sob o nº 33.2.0023627-7 ("Sociedade"), para Reunião de Sócios, a realizar-se, em primeira convocação, na Avenida Nilo Peçanha, nº 11, Sala 1203, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.020-100, no dia 9 de setembro de 2024, às 11h00, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Destituição e subsequente designação de administradores da Sociedade; (b) Reforma do Contrato Social da Sociedade; (c) Aprovar a prática de medidas judiciais em face da administradora Moema Cozzi Oliveira Leite Alvares de Sá; e (d) Apreciar as contas da administração da sociedade dos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023
Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2024
Eliane Cozzi Oliveira Leite de Medeiros
Sôcia-administradora

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

122ª Romaria para Aparecida

Tema: "Em Oração na casa da Mãe Aparecida"

Mais uma vez, somos convidados a partir em romaria ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, será a nossa 122ª romaria arquidiocesana ao Santuário Nacional. A romaria é sempre uma oportunidade para, em primeiro lugar, rezar, e para agradecer a Deus a intercessão de Nossa Senhora por nós. Ao longo de todo o ano, pedimos a intercessão materna de Nossa Senhora por nós, e na romaria é a oportunidade de agradecer a Mãe Santíssima tantas graças.

Do mesmo modo que visitamos periodicamente a nossa mãe aqui da terra, aquela que nos gerou e deu a vida, temos que visitar a casa da nossa Mãe do céu. Inclusive não somente na romaria arquidiocesana, mas, algumas vezes, ao longo do ano com a família. O Santuário Nacional é próximo à nossa arquidiocese: em aproximadamente três horas chega-se ao santuário, dependendo da localidade em que se reside.

O bom de ir em romaria para a casa da mãe, junto com a arquidiocese, é estar em comunhão com a Igreja, com o arcebispo, demais bispos auxiliares, eméritos e residentes em nosso território, todo o clero, e todo o povo de Deus. Na romaria temos a missão de rezar por toda a Igreja Particular de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Por isso, faça a inscrição em sua paróquia para participar dessa romaria, vamos encher um, dois, ou três ou mais ônibus para peregrinarmos à casa da Mãe. Seria muito bom se cada paróquia conseguisse ao menos encher um ônibus para ir nessa romaria, quem sabe até mais. Mas, só o fato de ir um diocesano, já mostra a comunhão e a unidade com a arquidiocese. Converse com o seu pároco, se ainda não tem um ônibus cheio, comece a campanha para que esse ônibus possa encher e ir juntos à romaria.

Algumas paróquias promovem romarias para Aparecida em outras datas ao longo do ano, isso é salutar, mas não pode deixar passar em branco a data da Romaria Arquidiocesana. A Romaria Arquidiocesana é sempre no último sábado do mês de agosto, a exemplo deste ano quando ocorrerá no dia 31. É a nossa oportunidade de unidos caminharmos e agradecermos.

A cada ano, a Romaria Arquidiocesana tem um tema em específico que normalmente vai ao encontro com aquilo que a Igreja está vivendo naquele ano. O tema deste ano é: "Em oração na casa da Mãe Aparecida", em sintonia com o Ano da Oração que a Igreja celebra este ano em preparação ao Jubileu da Esperança do próximo ano de 2025. De fato, em primeiro lugar a intenção de ir peregrinar à casa da Mãe é rezar por nós, pela Igreja, por nossas famílias e pelo mundo inteiro.

A romaria não pode ser vista simplesmente como um passeio, ou uma excursão, não é esse o intuito, mas sim, participar da missa e rezar. Até pode fazer compras, passear, mas o intuito primeiro é rezar.

A arquidiocese preparou uma programação para que todos os peregrinos aproveitem a romaria para rezar. Às 7h, teremos a reza do terço na Tribuna Bento XVI, às 9h, acontecerá a Santa Missa na basílica. Às 10h, continuamos as rezas do Santo Terço até o início da Via-Sacra no Morro do Cruzeiro, e, às 12h, a bênção de encerramento.

Portanto, todos são convidados a saírem cedo (ou no dia anterior) de suas paróquias e participarem de todos os momentos de oração programados. Após a bênção, às 12h, todos estarão livres para fazer as suas refeições e visitar outros locais ou mesmo passear um pouco pelos arredores da basílica, retornando para as suas casas no meio da tarde ou no dia seguinte. Será um dia muito bom, equilibrando momentos de passeio e de oração.

As romarias para a casa da Mãe acontecem desde o século XIX, quando só existia a basílica antiga. As famílias ou grupos chegavam em carroças, caminhões ou trens que vinham dos três estados mais próximos: São Paulo, Minas e Rio. Em 1900, começaram a surgir as grandes romarias promovidas pelas arquidioceses. A Arquidiocese do Rio de Janeiro realizou em 16 de dezembro de 1900 a romaria de virada do século e em comemoração ao ano jubilar da Redenção. Dom Joaquim Arcoverde convocou essa romaria.

A Arquidiocese de Aparecida com a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro tem uma história em comum e uma relação bem estreita. Essa será a 122ª Romaria da Arquidiocese do Rio de Janeiro para o Santuário Nacional. Ao longo de todos esses anos, muitas pessoas participaram desse momento tão lindo e gratificante. A peregrinação se intensificou em 1931 após a visita da imagem original de Aparecida à Arquidiocese do Rio de Janeiro. Mais tarde, o Cardeal Eugenio de Araujo Sales determinou que a Romaria a Aparecida se realizasse anualmente no último sábado do mês de agosto, tradição mantida até aos dias de hoje.

Por isso, neste dia de nossa 122ª Romaria para Aparecida rezemos e lembremos de tantas pessoas que já fizeram essa romaria em todos esses anos, lembremos também daquelas pessoas que não puderam estar este ano por motivos de doença ou trabalho, e quem sabe possam estar no próximo ano. Agradecemos a oportunidade de mais uma vez estarmos indo em romaria para a Casa da Mãe.

Dentre os diversos motivos que temos para celebrar e as diversas intenções que trazemos para essa romaria, gostaria de pedir que rezássemos pelo II Sínodo Arquidiocesano de nossa arquidiocese que irá até ano que vem. Rezemos para que os trabalhos do Sínodo deem frutos e a evangelização em nossa arquidiocese possa chegar em todos os lares.

Participemos com alegria da 122ª Romaria de nossa Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro a Aparecida e façamos dessa romaria uma grande peregrinação da fé, pedindo e agradecendo a Mãe de Deus sua intercessão por todos nós. Que seja, de fato, um dia de oração e de convivência com os demais irmãos das mais diversas paróquias de nossa arquidiocese. Aqueles que, por razão de força maior, não podem ir este ano, juntem-se a nós através dos meios de comunicação, e que no próximo ano possam estar presentes. Que o Espírito Santo nos ajude e nos guie, Amém.

Nossa Senhora Aparecida, rogai por nós!

BAGAGEM

PF prende belga em Viracopos com 3,5 quilos de cocaína

A Polícia Federal (PF) prendeu na tarde de quinta-feira passada, no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), um passageiro belga com 3,5 quilos de cocaína escondidos na bagagem despachada. O homem, de 44 anos, pretendia embarcar com destino a Orly, na França.

A droga foi localizada durante fiscalização de rotina da PF no terminal de passageiros do aeroporto no âmbito da Operação Portão Oito. A pena prevista para o crime

de tráfico de drogas (internacional) pode chegar a 25 anos de prisão.

Desde o início do ano, a Operação Portão Oito, que vai se estender até 31 de dezembro, já levou à prisão de 35 presos - 19 homens e 16 mulheres - e na apreensão de 217 quilos de drogas.

Durante o ano de 2023, a Operação Sentinela resultou em 51 flagrantes, com 55 presos e o confisco 261 quilos de drogas, inclusive 148 quilos de skunk (maconha).

INCÊNDIOS

8.049 propriedades em 317 municípios foram atingidas

LEANDRO SILVEIRA/AE

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo informou que os incêndios no interior paulista atingiram 8.049 propriedades em 317 municípios, distribuídos em 39 regionais. Ao Grupo Estado, a secretaria explicou que os números foram obtidos junto às Regionais da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), órgão da pasta.

A regional de Itapetininga foi a única em que não houve registro de incêndios em propriedades rurais, segundo o levantamento.

Entre as principais cadeias produtivas com impacto dos incêndios estão a bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, produção de cana-de-açúcar, fruticultura, heveicultura, cafeicultura, eucalipto e apicultura. O prejuízo total é estimado em mais de R\$ 1 bilhão.

Na última segunda-feira, o governo estadual comunicou que não existiam mais focos de incêndio ativos. Mas a possibilidade de queimadas voltou a aumentar nesta sexta-feira, com a previsão de altas temperaturas e baixa umidade do ar entre hoje e domingo.

O Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da Defesa Civil do Estado de São Paulo emitiu um alerta na quinta-feira em virtude do risco elevado de incêndios em quase todo o Esta-

do nos próximos dias.

O Mapa de Risco de Incêndio destaca as regiões de Andradina, Araçatuba, Bauru e Jaú como áreas críticas, com temperaturas chegando a 35 graus.

Em outras regiões, como Presidente Prudente, Assis, Marília e Ourinhos, as temperaturas podem alcançar 34 graus.

A Defesa Civil também prevê ventos fortes de até 60 km/h, aumentando o risco de propagação de incêndios.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 2ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da Canal Companhia de Securitização, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocent, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadrágésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 09 de setembro de 2024, às 14:00 (quatorze) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Conceder, ou não, um *waiver* para afastar a hipótese de configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 7.6.1. (vii) do Termo de Securitização, em decorrência da propositura de: (i) ação de usucapião, processada sob autos nº 5029659-21.2023.8.24.0033, ingressada por Roseli Aparecida dos Santos Alves e Abel Ferreira Alves, que alegam que exercem a posse mansa e pacífica de um imóvel urbano de 411,45m², situado na Rua Margarida Bernardina Nicolau, nº 226, bairro Praia Brava, na cidade de Itajaí-SC, cujo imóvel confronta ao sul com terras de Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A. - matrícula nº 12.076 e; (ii) ação de usucapião, processada sob autos nº 0002302-11.2010.8.24.0033 - ingressada por Osmar Francisco da Rocha (falecido) - substituído por Sueli Teresinha da Rocha -, na qual alega que exerce a posse mansa e pacífica de um terreno, com benfeitorias, 4 (quatro) edificações, sendo uma de alvenaria com 240,00m² e 3 (três) de madeira com 318,10m² de área total construída, localizado na rua Bruno França, s/n, no bairro Praia Brava, na cidade de Itajaí-SC, com área total de 256.503,00m², confrontando na extremidade sul medindo 1.200,00m com terras de Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A. - matrícula nº 12.076. Ambas ações tem por objeto parte do imóvel (terreno) matriculado sob nº 12.076 junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da mesma comarca, de titularidade da Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A., entregue em garantia real de alienação fiduciária, tendo como credora fiduciária a Securitizadora, conforme "Escritura Pública de Constituição de Garantia Real de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", lavrada nas notas do Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos da comarca de Balneário Camboriú-SC, que integra uma área maior de 339,048m² (trezentos e trinta e nove mil, quarenta e oito metros quadrados); (iii) Caso aprovado o item (i) acima, ratificar que a Devedora constituirá diretamente advogados com a cláusula "ad iudicium", para agir em qualquer juízo, instância ou tribunal, com todos os poderes para o foro em geral, com vistas à defesa nos autos das ações de usucapião, descritas no item (i) da Ordem do Dia, dispensando a Securitizadora de qualquer atuação neste sentido, em qualquer juízo, instância ou tribunal; (iii) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI EMBRAED 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e, quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizadora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 30 de agosto de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Títulos dos CRI") da 59ª Emissão de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora" ou "Securitizadora"), nos termos da Cláusula Dezenove do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreado em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. ("Termo de Securitização"), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-911, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), a se reunirem em 20 de setembro, às 14:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, conforme abaixo mencionado ("Assembleia Especial"), examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: A) Aprovar a reatificação do item (i) da Ordem do Dia da Assembleia Especial dos Investidores, realizada em 15 de agosto de 2024, reaberta e suspensa em 22 de agosto de 2024 e reaberta em 23 de agosto de 2024 ("AGT de Agosto"), com o objetivo de diferenciar a renomeação dos CRI da 1ª e 2ª Séries, conforme abaixo: "O Aproveitamento da emissão de uma nova série de CRI no âmbito da Operação de Securitização, nos termos da Lei nº 14.430, lastreada em notas comerciais escriturais; ("Nota Comercial Nova Série"), emitidas em série única, para colocação privada, que serão subsontas, de forma privada, pela Emissora e servirá de lastro para a 2ª Série dos CRI, que terá as características descritas no anexo disponível em <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/23/01/08650> ("CRI 2ª Série"), a qual compartilhará as garantias dos CRI, de forma que a definição de Obrigações Garantidas será adotada para incluir as obrigações previstas na Nota Comercial Nova Série. Adicionalmente às garantias do CRI da 1ª Série que serão alteradas para prever as novas obrigações garantidas, no âmbito da Nota Comercial Nova Série será outorgada nova alienação fiduciária de imóveis e cessão fiduciária de recebíveis de forma que o Índice de Cobertura de Imóveis e o Índice de Cobertura CF sejam atendidos após a emissão dos CRI 2ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI da 2ª Série (ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI da 2ª Série conforme o caso), incidirão juros remuneratórios prefixados equivalentes a 9,49000% ao ano, com base em ano de 360 (trezentos e sessenta dias) dias corridos incidentes desde a Data de Início de Rentabilidade, até a data do efetivo pagamento, a ser calculado conforme Cláusula 10.9 do Termo de Securitização. A Data de Emissão dos CRI 2ª Série e o Cronograma de Pagamentos dos CRI 2ª Série será conforme tabela disponível em <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/23/01/08650>." B) Aprovar a reatificação do item (iii) da ordem do dia da AGT de Agosto, para aprovar a liberação parcial da Retenção Imóvel Terreno em montante equivalente a até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a ser liberado em até 5 dias contados da data da Assembleia. C) Caso aprovado o item B) acima, aprovar a liberação do recurso remanescente, relativo à Retenção Imóvel Terreno, em até 5 dias da apresentação, pela Devedora, da matrícula nº 20.506 do 2º RGI, aplicável ao Imóvel Terreno ("Matrícula"), constando a baixa de todos e quaisquer ônus, inclusive o ônus fiscal averbado na Matrícula; D) Aprovar a reatificação do item (v) da ordem do dia da AGT de Agosto, para que a Devedora apresente a Matrícula atualizada, constando a baixa de todos e quaisquer ônus, inclusive o ônus fiscal averbado, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da realização da AGT de Agosto, ou seja, até o dia 20 de novembro de 2024. Sendo certo que esse prazo pode ser prorrogado por mais 30 dias caso a Devedora ateste que as medidas para tal estão sendo devidamente tomadas; e E) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias indicadas acima. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Especial serão realizadas a distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 91, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 91"), conforme em vigor. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: afassemblies@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário afassemblies@oliveiratrust.com.br e da Securitizadora (juridico@canalsecuritizadora.com.br). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 31 de agosto de 2024. Atenciosamente, CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, Amanda Martins - Diretora de Securitização

QUALICORP

TRE mantém absolvição de Serra em ação por caixa 2 de R\$ 5 milhões

RAYSSA MOTTA/AE

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) rejeitou um recurso do Ministério Público e manteve a decisão que absolveu o ex-senador José Serra (PSDB) em um processo por suspeita de caixa dois de R\$ 5 milhões na eleição de 2014.

Em nota, a advogada Flávia Rahal, que representa o ex-se-

nador, afirmou que a decisão reafirma sua inocência. "Nunca houve, em toda a sua longa e profícua trajetória política, ato que possa macular a enorme contribuição que deu ao País".

Serra foi acusado de receber doações não declaradas à Justiça na campanha eleitoral ao Senado em 2014. O MP afirma que os recursos teriam sido repassados pelo empresário José Seripieri Fi-

lho, fundador e acionista da Qualicorp, operadora de planos de saúde, por meio de um esquema de fraudes envolvendo com notas fiscais frias. O empresário chegou a ser preso pela Polícia Federal durante a investigação.

Em dezembro de 2023, o caso foi a julgamento na primeira instância. O Antonio Maria Patin-ó Zorz, da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, reconheceu a

prescrição de parte das acusações e também considerou que elas não ficaram provadas, o que levou à absolvição primária do ex-senador e dos outros réus.

Por unanimidade, em julgamento na quinta-feira passada, os desembargadores do TRE de São Paulo mantiveram a sentença. O Ministério Público ainda pode recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral.

ELEIÇÕES 2024

Pablo Marçal é multado em R\$ 30 mil por associar Boulos a cocaína

JULIANO GALISIA/E

O candidato à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal (PRTB), foi multado pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) em R\$ 30 mil por associar, sem provas, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), também candidato, ao uso de cocaína.

Na decisão de quarta-feira passada, o juiz Rodrigo Marzola Colombini, da 2ª Zona Eleitoral da capital paulista, afirmou que Marçal utilizou as redes sociais para espalhar propaganda eleitoral negativa e inverídica contra o oponente.

A ação foi apresentada por Boulos e por sua coligação à Prefeitura, a "Amor por São Paulo", formada pelo PSOL e mais sete partidos, entre os federados

à sigla e coligados. O pedido se baseia em um vídeo publicado no perfil do Instagram de Marçal no qual ele diz que Boulos "é um drogado" e que "já foi preso portando droga".

Além do processo que originou a multa, tramita no TRE-SP uma ação em que Guilherme Boulos solicita direito de resposta nas redes sociais de Marçal pela insinuação de que seria usuário de drogas. O pedido de Boulos para aparecer nas redes de Marçal, por ora, está suspenso.

Na decisão, Colombini ressaltou que a liberdade de expressão é assegurada pela Constituição, mas não é um direito absoluto e se limita ao "campo da crítica de índole política".

Segundo o juiz, "mensagens com conteúdo dessa natureza

devem ser desestimuladas, pois reduzem o debate político à violência verbal, ao invés de incentivar um ambiente saudável de discussão baseada em fatos e propostas construtivas para a sociedade".

O vídeo citado na ação não foi a única ocasião em que Marçal insinuou que Guilherme Boulos é usuário de cocaína. No dia 8 de agosto, durante o primeiro debate entre candidatos à Prefeitura, promovido pela TV Band, Marçal precedeu uma pergunta ao deputado federal com um gesto no nariz, insinuando o uso da substância.

Antes do encontro, ele havia prometido que, durante o programa, exibiria as provas de que dois candidatos na disputa eleitoral em São Paulo eram usuários de drogas. Nenhuma

prova, contudo, foi apresentada durante a exibição do debate da Band.

No embate entre candidatos seguinte, promovido pelo *Estadão*, Marçal voltou a fazer a insinuação, replicando os trechos em suas redes sociais. Guilherme Boulos falou sobre os ataques durante sua participação no programa Roda Viva na segunda-feira passada, indo às últimas palavras para citar que suas filhas foram afetadas com a insinuação de que o pai era usuário de drogas.

"Eu nunca usei e eu desafio o Pablo Marçal, que diz que tem prova, a presente agora", afirmou Boulos. "Olha o nível que chega, olha o esgoto que chega. Foi nesse contexto que eu mencionei as minhas filhas", completou o candidato do PSOL.

IMPROBIDADE

TJ-SP mantém condenações de ex-vice-prefeito de Ferraz e absolve procuradora

RRAYSSA MOTTA/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) manteve duas condenações do ex-vice-prefeito de Ferraz de Vasconcelos, na Grande São Paulo, Karim El Nashar, por improbidade administrativa. Ele responde aos processos por ter autorizado que servidores comissionados se aposentassem em funções mais altas do que de fato exerciam, após uma reforma que alterou a estrutura de cargos e salários da prefeitura.

Os casos ocorreram em 2013. Na época, Karim era secretário de Assuntos Jurídicos e emitiu pareceres administrativos a favor da revisão dos proventos dos servidores.

A reportagem busca contato com a defesa. O espaço está

aberto. Nos processos, o ex-vice-prefeito negou ter usado o cargo para beneficiar os servidores. Ele afirma que "sempre atuou dentro dos limites legais" e que o Ministério Público não comprovou que houve dolo na emissão dos pareceres.

O recurso mais recente do ex-vice-prefeito foi julgado na terça-feira, 27, pela 1ª Câmara de Direito Público. O processo gira em torno da revisão da aposentadoria da servidora Leondir Casagrande Xidieh, já falecida. Ela passou de chefe de divisão para diretora.

No início do mês, a 3ª Câmara de Direito Público já tinha confirmado outra condenação do ex-vice-prefeito, por ter dado parecer favorável para o fiscal Josmar Aparecido Teixeira se aposentar como

diretor. O Ministério Público afirma que houve uma "manobra" para beneficiar o servidor.

Os desembargadores mantiveram a condenação, mas reconheceram que o ex-vice-prefeito não recebeu vantagem indevida com o procedimento. Por isso, revisaram a sentença, para manter apenas a obrigação de ressarcimento dos cofres públicos. O ex-vice-prefeito e o servidor aposentado devem devolver, em conjunto, R\$ 660 mil.

"É que, malgrado a seriedade do caso, a gravidade não é das mais superlativas a justificada a imposição de todas as penas previstas", defendeu o desembargador Encinas Manfré, relator de recursos sobre o caso.

ABSOLVIDA

A procuradora municipal Fernanda Beságio Ruiz Ramos foi absolvida nos dois processos. Para os desembargadores, ela não teve envolvimento nos casos. "Não se reconhece solidez probatória suficiente a autorizar a condenação da ré."

O Ministério Público de São Paulo chegou a oferecer um acordo de não-persecução penal à procuradora municipal em outro processo sobre as supostas fraudes nas aposentadorias. O órgão propôs que ela confessasse as supostas infrações, prestasse serviços comunitários por um ano e pagasse multa no valor de três salários mínimos para não ser denunciada. Ela rejeitou, convicta da absolvição.

MUSK EMPAREDADO

Moraes bloqueia X e multa em R\$ 50 mil quem burlar decisão

RAYSSA MOTTA
E LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Alexandre de Moraes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou suspender a rede social X após o empresário Elon Musk, dono da plataforma, se recusar a nomear um representante para responder pela empresa no Brasil. Ele afirma que a empresa tentou se esquivar da jurisdição brasileira "com a declarada e criminosa finalidade de deixar de cumprir as determinações judiciais".

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorry, deve cumprir a decisão em 24 horas.

A suspensão vale até a empresa nomear um responsável pelas operações no território brasileiro e também pagar as multas impostas pelo STF por descumprir bloqueios a perfis na rede social. O valor ultrapassa R\$ 18 milhões.

O ministro estabeleceu uma multa diária de R\$ 50 mil para quem tentar burlar o bloqueio por meio de VPN - ferramenta que permite omitir a localização de acesso à internet. Esses

usuários também podem responder criminalmente, segundo a decisão.

Para evitar que o embargo seja desrespeitado, Moraes determinou que Apple e Google imponham "obstáculos tecnológicos capazes de inviabilizar" o uso desses aplicativos.

A decisão de Alexandre de Moraes tem 51 páginas. Ao longo do documento, o ministro retoma o histórico de descumprimento de ordens do STF. Ele afirma que Elon Musk "demonstrou seu total desrespeito à soberania brasileira e, em especial, ao Poder Judiciário".

"A flagrante conduta de obstrução à Justiça brasileira, a incitação ao crime, a ameaça pública de desobediência as ordens judiciais e de futura ausência de cooperação da plataforma são fatos que desrespeitaram a soberania do Brasil e reforçam a conexão da dolosa instrumentalização criminosa das redes", escreveu o ministro.

A decisão menciona declarações públicas do empresário sobre o STF. O bilionário desafiou o ministro ao defender que ele renunciasse ou sofresse impeachment. Também ameaçou

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



descumprir ordens para bloquear perfis na plataforma alegando sofrer censura.

Segundo Moraes, Elon Musk "iniciou uma campanha de desinformação sobre a atuação" do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O ministro afirma que há indícios de que o empresário age deliberada-

mente para favorecer a "instrumentalização criminosa" da rede social contra as instituições democráticas.

Outro argumento usado pelo ministro é que, com a proximidade das eleições municipais, a empresa precisa manter um canal no Brasil para evitar a disseminação de notícias falsas.

Para Moraes, o fechamento do escritório da plataforma no Brasil, às vésperas do pleito, seria uma estratégia velada permitir a divulgação de fake news sem correr o risco de responder pelas transgressões. O objetivo, argumenta o ministro, seria favorecer grupos populistas extremistas.

"A tentativa da Twitter International Unlimited Company em colocar-se à margem da lei brasileira, às vésperas das eleições municipais de 2024, demonstra seu claro intuito de manter e permitir a instrumentalização das redes sociais, com a massiva divulgação de desinformação e com a possibilidade da nociva e ilícita utilização da tecnologia e inteligência artificial para direcionar, clandestinamente, a vontade do eleitorado", alega Moraes.

CRIMES SEM CASTIGOS

Comissão pede ao CNJ correção de certidões de mortos pela ditadura

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Recriada no início de julho deste ano, por meio de um despacho presidencial, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos retomou seus trabalhos oficialmente nesta sexta-feira, com uma cerimônia solene que emocionou parentes das vítimas da violência das forças de repressão do Estado durante o regime militar (1964-1985).

No evento, a presidenta do colegiado, Eugênia Augusto Gonzaga, e o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, entregaram ao representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) um pedido oficial para que a instituição responsável por, entre outras coisas, recomendar medidas que aperfeiçoem o trabalho do sistema judiciário, aprove uma resolução determinando a correção das certidões de óbitos dos mortos e desaparecidos políticos.

A retificação dos registros emitidos às famílias ao longo de anos é uma das 29 recomendações que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) incluiu no relatório que apresentou em 2014. O documento é fruto do trabalho de dois anos e sete meses, durante os quais os membros da CNV colheram depoimentos e analisaram documentos com o objetivo de "esclarecer as graves violações de direitos humanos" ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 e "efetivar o direito à memória e à verdade histórica", promovendo a reconciliação nacional.

Junto ao pedido ao CNJ, a presidenta da comissão especial e o ministro entregaram cópia de um modelo de certidão no qual o Estado reconhece a morte não natural, violenta, causada por perseguição política pelas forças repressivas do Estado. A proposta, segundo Silvio Almeida, é que o CNJ determine aos cartórios de todo o país que corrijam as certidões de óbito indicadas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania ou pela própria Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

"Esta parceria com o CNJ é muito importante para podermos cumprir a recomendação da CNV integralmente, retificando todos os assentos [certidões] de óbito já reconhecidos", disse a presidenta da comissão especial à Agência Brasil. Segundo ela, em 407 dos 434 casos de mortes e desaparecimentos que a CNV confirmou em 2014, os termos lavrados nos documentos não refletem a real causa dos óbitos. É o caso, por exemplo, do documento entregue à família de Dinaelza Soares Santana Coqueiro, a Maria Dina.

"Até hoje, não sabemos como nossos parentes morreram e onde foram sepultados. No atestado de óbito da minha irmã, por exemplo, os espaços

destinados a informar a causa da morte e o local onde ela está enterrada contêm apenas uma referência à Lei 9.140 [que, em 1995, reconheceu como mortas os desaparecidos políticos entre setembro de 1961 e agosto de 1979]", acrescentou Diva Soares Santana, cuja irmã, Dinaelza, e o cunhado, Vandick Reidner Pereira Coqueiro, foram mortos por militares durante a repressão à Guerrilha do Araguaia, no Pará.

Dina e o marido eram estudantes universitários na Bahia, tinham pouco mais de 20 anos de idade, militavam no movimento estudantil e, ao se tornarem alvos de perseguição política, em 1974, passaram a atuar na clandestinidade.

"Eles tiveram que abandonar suas famílias, os estudos e fugir. Ela se despediu da família com uma carta, pedindo que não nos preocupássemos e não os procurássemos. Só em 1979, após a Lei da Anistia, soubemos, por uma entrevista com o [ex-deputado federal] José Genócio que a Dinaelza e o Vandick estavam entre os estudantes presos no Araguaia, resistindo à ditadura militar", detalhou Diva, acrescentando que sua mãe viveu por mais 37 anos, até 2016, convicta de que a filha regressaria.

"Durante todo este tempo, minha mãe morou no mesmo endereço por crer que a filha voltaria; que a qualquer hora minha irmã bateria na porta. Mas a Dinaelza foi morta pela violência do Estado brasileiro. E ter isso reconhecido em um documento oficial é importante, inclusive para o país. Para demonstrar que houve e há brasileiros dispostos a lutar e a dar suas vidas pela liberdade e pela democracia", concluiu Diva sobre a importância da revisão das certidões de óbito.

Emocionado, o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, celebrou o acordo para retificação das certidões de óbito e a reinstalação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, cujos trabalhos foram interrompidos em 30 de dezembro de 2022, às vésperas da posse da atual gestão federal. De acordo com o ministro, a correção dos registros civis era uma medida há muito esperada, sobre a qual ele teve oportunidade de conversar previamente com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso.

"A Comissão Especial é retomada com respaldo do presidente da República [Luiz Inácio Lula da Silva] e é fruto de uma concertação [acordo] entre os poderes da República. Esperamos colocando a comissão em uma nova fase, na qual possa ampliar seus trabalhos. E decidimos cumprir integralmente a recomendação da CNV [...] É necessário reconhecer a condição de desaparecidos políticos das pessoas", comentou o ministro.

Elon Musk acatou em outros países ordens que descumpriu no Brasil

GABRIEL DE SOUSA/AE

O empresário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), já cumpriu ordens judiciais de outros países sem alegar cerceamento da liberdade de expressão. No ano passado, a plataforma obedeceu a determinações da Turquia e da Índia. No Brasil, o bilionário protagoniza uma queda de braço com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e diz que o País se tornou uma ditadura.

Em maio de 2023, o perfil institucional do X, responsável pelas relações internacionais, informou que estava cumprindo as determinações do governo de Recep Tayyip Erdogan, líder da Turquia desde 2003. Nas vésperas da eleição presidencial no País, que garantiu a Erdogan o poder até 2028, o empresário aceitou um pedido para restringir contas e limitar postagens.

Os pedidos feitos por Erdogan são similares aos feitos por Moraes que, no bojo do inquérito das fake news e das milícias digitais, solicitou ao X para sus-

pende contas e limitar publicações de perfis acusados de propagar fake news e incitar discurso de ódio.

"Em resposta ao processo legal e para garantir que o Twitter continue disponível para o povo da Turquia, tomamos medidas para restringir o acesso a alguns conteúdos na Turquia hoje", disse a conta institucional do X ao anunciar as restrições ordenadas pela Justiça turca.

Na época, Musk respondeu a um jornalista que questionou as limitações feitas por Musk durante o período eleitoral no país. Pelo X, o bilionário afirmou que tinha duas escolhas: "restringir totalmente o Twitter ou limitar o acesso a alguns tuítes".

O segundo turno da eleição turca ocorreu 15 dias após o anúncio das restrições e Erdogan teve uma vitória apertada com uma vantagem de 2,5 milhões de votos. O pleito foi questionado pela Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), entidade responsável pela promoção da democracia na região, que atestou

que o líder turco detém uma "vantagem injustificada" sobre partidos de oposição.

Em janeiro do ano passado, o X removeu postagens que divulgavam conteúdos de um documentário da BBC, estatal de comunicação britânica, que denunciava a repressão do primeiro-ministro indiano Narendra Modi quando ele governava uma província do país.

Na época, um assessor do Ministério das Comunicações indiano declarou à imprensa internacional que o documentário era uma "propaganda de ódio disfarçada" e nenhum trecho poderia ser exibido em território indiano.

"Gravações compartilhando propaganda hostil e lixo anti-Índia da BBC, revestidos como documentário no YouTube e em tuítes que compartilham links para a produção foram bloqueados pelas leis soberanas da Índia", disse o assessor na ocasião.

Em abril do ano passado, Musk explicou para a própria BBC os motivos pelo qual deci-

diu acatar as determinações indianas. Segundo o empresário, as regras de lá são "bastante rígidas" e o X não poderia "ir além das leis do país". "As regras na Índia para o que pode aparecer nas redes sociais são bastante rigorosas e não podemos ir além das leis do país. Se tivermos a opção de ir para a prisão ou cumprirmos as leis, iremos cumprir as leis", disse Musk à BBC.

Essa não é a primeira vez que Musk e Moraes trocam farpas públicas nas redes sociais. Desde abril, quando Moraes começou a investigar possíveis propagações de fake news pelo X, o empresário afirma que o magistrado infringe os princípios da liberdade de expressão e o compare a um ditador.

Musk é alvo da investigação nº 4.957, que apura supostos crimes de obstrução à Justiça, organização criminosa e incitação ao crime. O bilionário foi incluído no inquérito das milícias digitais após o X se negar a cumprir ordens de Moraes referentes a suspensão de perfis.

Zanin nega recurso da Starlink para derrubar bloqueio de contas determinado por Moraes

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta sexta-feira recurso da Starlink para derrubar a decisão do ministro Alexandre de Moraes que determinou o bloqueio das

contas bancárias da empresa, que pertence ao bilionário Elon Musk e atua na área de internet via satélite no Brasil.

Na decisão, o ministro entendeu que o mandado de segurança, tipo de processo protocolado pela empresa, não pode ser usado

para contestar decisão de outro ministro da Corte.

"Posto isso, tendo em vista os diversos julgados do Supremo Tribunal Federal a respeito do cabimento de mandado de segurança contra atos jurisdicionais, nego seguimento ao presente writ

[decisão]", afirmou.

Moraes determinou o bloqueio para garantir o pagamento de multas de R\$ 18 milhões pelo descumprimento de decisões sobre o bloqueio de perfis de investigados pela Corte na rede social X, que também pertence a Musk.

Embaixada dos EUA usa liberdade de expressão, e pode sair em defesa de Musk contra Moraes

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A Embaixada dos Estados Unidos no Brasil informou que está monitorando a situação envolvendo a plataforma X no Brasil. A rede social teve seu funcionamento suspenso em território

nacional, nesta sexta-feira, por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A medida foi tomada após o fim do prazo de 24 horas dado pelo ministro ao bilionário Elon Musk, dono da rede social, para indicar um representante legal no Brasil.

Em nota a jornalistas, a embaixada confirmou que acompanha o caso e fez menção à liberdade de expressão. "A Embaixada dos EUA está monitorando a situação entre o Supremo Tribunal Federal e a plata-

forma X. Ressaltamos que a liberdade de expressão é um pilar fundamental em uma democracia saudável. Por política interna, não comentamos decisões de tribunais ou disputas legais", informou, por meio de sua assessoria de imprensa.

Nota

PRTB É NOTIFICADO EM CASO QUE PODE ANULAR CANDIDATURA DE PABLO MARÇAL

O PRTB, partido do candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal, foi notificado na última quinta-feira, para prestar esclarecimentos sobre ação que contesta o registro da candidatura do influenciador. A notificação foi enviada pela ministra Cármen Lúcia no âmbito de uma ação movida por Aldineia Fidélis, viúva de Levy Fidélis, fundador do partido. Aldineia acusa Leonardo Avalanche, atual presidente da legenda, de descumprir um acordo que lhe garantiria a vice-presidência do PRTB. "O Sr. Leonardo Alves de Araújo não só está descumprindo o acordo como também tem deliberado sobre o processo eleitoral de 2024 como se fosse dono do partido, fazendo acordos e indicando candidatos ao arripio das normas estatutárias", argumenta a viúva em seu recurso. Procurado, Avalanche não havia respondido às tentativas de contato até a publicação deste texto. O espaço segue aberto. Na ação, Aldineia defende a anulação dos atos de Avalanche que desrespeitaram o suposto acordo. Se acatado, portanto, o pedido derrubaria a comissão do partido que aprovou a candidatura de Marçal.

Educação

Escolas de ensino médio da Maré atendem 31,6% dos jovens da região

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, tem apenas quatro escolas de ensino médio. Juntas elas têm 2.267 alunos matriculados. O número corresponde a 31,6% do total de 7.162 jovens de 15 a 18 anos que vivem na região. Os dados foram divulgados durante a 5ª edição do Seminário de Educação da Maré, realizada nos dias 27 e 28 de agosto, e fazem parte do relatório divulgado pela Redes da Maré.

No conjunto de 15 favelas da Maré, há atualmente 49 escolas públicas, sendo 45 municipais e quatro estaduais, num total de 19.537 estudantes. "Também cabe ponderar que esse número relativamente alto de escolas na Maré é recente e ainda insuficiente para atender as mais de 41 mil crianças e adolescentes de zero a 17 anos que moram no bairro", diz o documento.

Segundo o relatório, o trabalho da equipe do Toda Menina na Escola, nas 15 favelas do complexo, mostra que são múltiplas as causas que levam crianças e adolescentes a se afastarem das escolas ou jamais terem sido matriculados. Trata-se de uma camada da população vulnerabilizada, na qual, na maioria dos casos, as mães são as chefes e as únicas responsáveis em seus lares.

"A educação pública nas favelas do Rio de Janeiro é uma questão complexa e desafiadora, extremamente importante para se compreender o cenário educacional da cidade e do país como um todo. A desigualdade socioespacial é uma característica comum em muitas grandes cidades, com disparidades sociais entre diferentes áreas e bairros. Fatores que levam à desigualdade socioespacial são distribuição desigual de recursos, segregação residencial, disparidades de renda e emprego, acessibilidade e transporte, além da violência", diz o documento.

De acordo com o Censo Populacional da Maré, em 2013, 53,47% de seus habitantes não tinham completado o Ensino

Fundamental. Já a taxa de analfabetos entre pessoas a partir de 15 anos correspondia a 6% da população, sendo mais da metade mulheres.

Segundo o relatório, as escolas da Maré frequentemente enfrentam problemas relacionados à infraestrutura precária, falta de recursos, déficit de professores, turmas superlotadas e carência de materiais didáticos adequados. Esses fatores acabaram afetando diretamente a qualidade do ensino oferecido.

"Os altos índices de violência afetam diretamente o quadro de insegurança nas escolas e o percurso dos alunos às unidades escolares. A existência de confrontos armados em horário escolar prejudica diretamente o acesso à educação e o bem-estar dos estudantes e professores. Além do receio de mobilidade de famílias e estudantes, especialmente adolescentes do sexo masculino, as escolas da Maré são fechadas regularmente por conta de operações policiais no território. Em 2022, 62% das operações policiais na Maré foram realizadas próximo a escolas e creches e, somente em 2023, foram 25 dias de aulas suspensas em decorrência de operações policiais", diz o relatório.

OPERAÇÕES POLICIAIS

O Ministério da Educação (MEC) sugeriu a criação de um grupo de trabalho ou uma comissão para discutir os impactos de operações policiais no funcionamento do sistema educacional, bem como formas de reparação em casos onde ocorrem o fechamento de escolas e a suspensão de aulas.

A proposta surge em resposta aos questionamentos encaminhados pelo Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Há duas semanas, a instituição solicitou ao MEC informações sobre a existência de uma diretriz nacional sobre o impacto das operações policiais no sistema educacional e uma forma de reparação, para que os alunos não carreguem esse déficit durante toda a trajetória escolar.

COMPLEXO DA MARÉ

Prédios em demolição estão terreno da União

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O terreno onde a prefeitura do Rio de Janeiro faz operações para demolir prédios considerados irregulares, no Complexo de Favelas da Maré, zona norte do Rio de Janeiro, pertence à União. A confirmação é da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em resposta ao Ministério Público Federal (MPF), que busca informações sobre a legalidade da ação.

"A área objeto da operação onde se realiza a demolição de edificações na comunidade da Maré, considerando o que foi veiculado na imprensa, é caracterizada como terreno acrescido de Marinha, de dominialidade da União", registra o ofício da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro.

A SPU é ligada ao Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos e responsável por bens da União, como o uso de terrenos e imóveis.

OPERAÇÃO

A ação conduzida pela Secretaria de Ordem Pública (Seop) entrou no 13º dia, nesta sexta-feira (30), com apoio das polícias Civil e Militar. De acordo com a Seop, as construções irregulares ficam em um condomínio com 41 imóveis.

Até esta sexta-feira, foram demolidos parcialmente 32 prédios, somando mais de 162 apartamentos.

A Polícia Civil suspeita que as construções tenham sido erguidas em esquema de lavagem de dinheiro de organizações criminosas que comandam o tráfico na região.

Moradores do Parque União - comunidade da Maré onde ocorrem as demolições - relatam que a ação ocorre de forma irregular e já fizeram protestos.

"As pessoas estão tristes, destruídas por dentro, todos os dias acordamos cedo demais, entre 4h40 e 5h da manhã, com caveirão [veículo blindado] entrando, muitos policiais fortemente armados, invadem casas, comércios sem mandando (judicial)", contou à Agência Brasil Caitano Silva, comunicador popular ligado à Associação de Moradores do Parque União. Segundo ele há relatos também de abuso de poder.

Um dos principais impactos para a população local é no funcionamento das escolas. A Secretaria Municipal de Educação informou que, das 46 escolas municipais no Complexo da Maré, as 24 que ficam na área sob operação policial não abriram nesta sexta-feira. Mesmo questionada, a secretaria não informou quantos alunos foram impactados.

VENEZUELA

Lula: Maduro que arque com consequências dos atos dele

GABRIEL HIRABAHASI E SOFIA AGUIAR/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta sexta-feira, que o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, "fez uma opção política" e que terá de arcar com as consequências de seus atos. "Não sei o que o Maduro fez, ele fez uma opção política", disse Lula ao ser questionado, em entrevista à rádio *MaisPB*, sobre a situação política na Venezuela e a relação do Brasil com as eleições no país vizinho.

O presidente brasileiro disse

não aceitar a vitória nem de Maduro e nem da oposição venezuelana enquanto não houver provas oficiais do resultado das eleições, realizadas no mês passado.

"A Venezuela tem um Comitê Nacional Eleitoral, em que tinha três pessoas do governo e duas da oposição. Era esse colégio que daria parecer sobre as atas. O problema é que o presidente Maduro não ouviu esse colégio, passou direto à Suprema Corte. Não estou questionando a Suprema Corte, só acho que tinha que passar pelo colégio eleitoral. Não aceito a vitória dele,

nem da oposição", disse. "Estamos exigindo a prova. Ele (Maduro) tem o direito de não gostar. Eu falei que é importante convocar novas eleições".

"Maduro que arque com as consequências dos atos dele e eu arco com as consequências dos meus. Eu tenho consciência política de que tentei ajudar muito", finalizou o presidente.

ORTEGA

Lula também comentou sobre sua relação com Daniel Ortega, presidente da Nicarágua. Disse que ele "enveredou para outro caminho há muito tempo" e criti-

cou a decisão recente do presidente da Nicarágua de expulsar o embaixador brasileiro no país.

"Ortega enveredou para outro caminho há muito tempo. Fui à Roma e o Papa pediu para liberar um bispo que estava preso. Eu liguei a Ortega e ele inventou 500 mil desculpas para não me atender. Então eu parei de ligar. Agora, nosso embaixador não participou do evento de comemoração da revolução sandinista. Ele então resolveu pedir para nosso embaixador sair de lá. Então mandei a embaixadora dele embora também", afirmou.

EUA

Exército critica campanha de Trump após filmagem em cemitério militar

RAISA TOLEDO/AE

A campanha presidencial de Donald Trump foi alvo de críticas por parte do exército dos Estados Unidos na quinta-feira passada. Segundo a instituição, uma funcionária do Cemitério Nacional de Arlington, administrado pelo exército, foi "abruptamente empurrada para o lado" ao tentar informar membros da equipe da campanha que não era permitido filmar no local.

O episódio ocorreu na última segunda-feira, quando Trump e sua equipe participaram de uma cerimônia para colocar coroas de flores na Seção 60 do cemitério, onde ficam os túmulos de militares mortos no Afeganistão e no Iraque.

De acordo com a BBC, um representante do exército afirmou que a funcionária tentava garantir que os participantes aderis-

sem às regras, "que proíbem claramente atividades políticas nas dependências do cemitério". "Este incidente foi lamentável e também é lamentável que a funcionária e seu profissionalismo tenham sido injustamente atacados", disse o porta-voz, em comunicado.

A campanha de Trump negou as alegações e disse que recebeu permissão das famílias de militares enterrados na Seção 60 para filmar.

A lei federal proíbe campanhas políticas ou atividades relacionadas a eleições em cemitérios militares, incluindo por parte de fotógrafos, criadores de conteúdo ou qualquer pessoa que apoie diretamente a campanha de um candidato.

A cerimônia de que Trump participou era uma homenagem aos 13 membros do serviço militar dos Estados Unidos que fo-

ram mortos durante a retirada das tropas do Afeganistão, em 2021. Embora o incidente com a campanha tenha sido relatado à polícia, a funcionária decidiu não prosseguir com as acusações. O Exército disse que considerava o assunto encerrado.

A BBC aponta ainda que o governador de Utah, Spencer Cox, que está concorrendo à reeleição, também compareceu à cerimônia e postou uma foto na rede social X com Trump e a família de um sargento morto durante a retirada do Afeganistão. Criticando, ele se desculpou. "Este não foi um evento de campanha e nunca foi planejado para ser usado pela campanha", disse.

CAMPANHA

Em comício realizado no estado do Michigan na quinta-feira, Donald Trump afirmou ter sido convidado por familiares

dos militares a posar para uma foto no local, após a cerimônia. "Eu vou lá, eles me pedem para tirar uma foto e dizem que eu estava fazendo campanha", afirmou.

Steven Cheung, um porta-voz do candidato à presidência, contestou que houve contato físico entre membros da equipe e a funcionária e disse que a campanha estava preparada para divulgar um vídeo para confirmar seu relato.

Segundo a BBC, grupos de veteranos acusaram Trump de usar os túmulos de soldados como estratégia de campanha no local mais sagrado para seus mortos de guerra. Ele repetiu com frequência a alegação de que o governo Biden-Harris perdeu o controle no Afeganistão, culpando-os pelas mortes dos soldados e pela dor de suas famílias.

GAZA

Ataque aéreo de Israel atinge veículo de ajuda humanitária e deixa mortos

Um míssil israelense atingiu um comboio que transportava suprimentos médicos e combustível para um hospital na Faixa de Gaza na quinta-feira passada. Ao menos cinco pessoas morreram no ataque. As vítimas estavam em um veículo da ONG Anera, que tem sede nos Estados Unidos e fornece ajuda humanitária no Oriente Médio.

Israel alegou, sem evidências imediatas, que abriu fogo depois que homens armados tomaram o comboio.

"O ataque matou várias pessoas empregadas por uma empresa de transporte que o grupo de ajuda estava usando para le-

var suprimentos ao Hospital do Crescente Vermelho dos Emirados em Rafah", disse Sandra Rasheed, diretora da Anera para os territórios palestinos.

O ataque aconteceu na estrada Salah al-Din, na Faixa de Gaza, e atingiu o primeiro veículo do comboio.

"O comboio, que foi coordenado pela Anera e aprovado pelas autoridades israelenses, incluía um funcionário da Anera que felizmente saiu ileso", disse Rasheed em uma declaração. "Apesar deste incidente devastador, nosso entendimento é que os veículos restantes no comboio conseguiram conti-

nuar e entregar com sucesso a ajuda ao hospital. Estamos buscando urgentemente mais detalhes sobre o que aconteceu", contou a diretora. O grupo planeja divulgar mais informações sobre o caso em breve.

O Exército de Israel não respondeu ao pedido de comentário feito pela The Associated Press. No entanto, o porta-voz militar israelense, tenente-coronel Avichay Adraee, postou na plataforma social X que "homens armados apreenderam um carro na frente do comboio (um jipe) e começaram a dirigir".

"Após a operação de apre-

ensão e após confirmar a possibilidade de atacar apenas o veículo dos militantes, o ataque foi realizado, pois o restante dos veículos do comboio não foi danificado e atingiu seu alvo de acordo com o plano", escreveu Adraee. "A operação para atingir os militantes removeu o risco de apreender o comboio humanitário."

O militar acrescentou que "a presença de homens armados dentro de um comboio humanitário de forma descoordenada dificulta a segurança dos comboios e de suas equipes e prejudica o esforço humanitário".

TPI

Putin viajará à Mongólia mesmo sendo alvo de mandado de prisão

KATHARINA CRUZ/AE

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, visitará na semana que vem a Mongólia, país membro do Tribunal Penal Internacional (TPI), que no ano passado emitiu um mandado de prisão contra ele. A visita, marcada para 3 de setembro, será a primeira de Putin a um país-membro do TPI desde que o mandado foi emitido, em março de 2023, por suspeitas de crimes de guerra na Ucrânia.

Segundo o Estatuto de Roma, tratado internacional que estabeleceu o TPI, os países signatários são obrigados a deter suspeitos para os quais um mandado de prisão tenha sido emitido, caso eles pisem em seu território. A Mongólia, que fica entre a Rússia e a China, assinou o Estatuto de Roma em 2000, antes de ratificá-lo em 2002. O TPI, no entanto, não tem nenhum mecanismo de execução e as chances de Putin ser detido são consideradas baixas.

O Kremlin, que rejeita as acusações e já havia enfatizado anteriormente que não reconhece a jurisdição do TPI, afirmou nesta sexta-feira, 30, que não está preocupado com a possibilidade de detenção do presidente russo. "Não há preocupação. Mantemos um excelente diálogo com nossos amigos da Mongólia", disse o porta-voz da presidência russa, Dmitri Peskov.

De acordo com o Kremlin, Putin viajará para a Mongólia a

convite do presidente Ukhnaa Khurelsukh "para participar dos eventos cerimoniais dedicados ao 85º aniversário da vitória conjunta das forças armadas soviéticas e mongóis sobre os militaristas japoneses no rio Khalkhin Gol". Putin também manterá conversas com Khurelsukh e outras altas autoridades mongóis, diz o Kremlin.

O TPI acusou Putin de supostamente ser responsável pelos sequestros de crianças da Ucrânia, onde Moscou trava uma guerra nos últimos dois anos e meio. Essa foi a primeira vez que o tribunal global emitiu um mandado contra um líder de um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).